

8 páginas de encarte:
As Diretrizes para o PG-94

ÓRGÃO DA COMISSÃO
EXECUTIVA NACIONAL DO PT



BOLETIM NACIONAL

Nº 78 - 2ª quinzena de Novembro/93 - CR\$ 130,00



Arquivo BN — Foto: Karing Emerich

Outra vez, às ruas!

Salvador, Rio, São Paulo, João Pessoa, Belo Horizonte, Brasília e Curitiba, foram só o começo.

Dia 23, Marcha à Brasília

- . CPI prá valer
- . Não à revisão

SINDICALISMO

**Convocada
Conferência
Nacional Sindical
do PT
Página 3**

FOME

**Santos sedia
lançamento da 2ª
fase da campanha
Página 4**

INTERNACIONAL

**Lula no Uruguai
Página 6**

COMUNICAÇÃO

**Secretaria
Nacional realiza
seminário em
dezembro
Página 6**

Tem que pagar?

O Diretório Nacional do PT está fazendo campanha para aumentar as finanças do Partido, inclusive com a venda de "Bônus", e para que todos os militantes e filiados contribuam mensalmente com 1% dos seus salários, conforme as determinações do Regimento Interno. O DN, em seu Boletim nº 76, denuncia alguns deputados federais que não estão com suas cotizações em dia, bem como alguns DRs, que não estão repassando as contribuições dos filiados. Gostaria de fazer aqui um questionamento: serão apenas os Deputados Federais citados que estão em atraso com suas cotizações? Sabemos que todos os parlamentares, todos os cargos de confiança devem contribuir com o partido, mas todos estão contribuindo? E se estão, é da forma correta?

Quero citar aqui o caso de Diadema, a nossa realidade mais próxima: nós parlamentares e assessores arrumamos mecanismos legais e coerentes de efetuar os descontos das contribuições direto na folha de pagamento, seguindo as normas do caderno de política de finanças do Partido, mas quanto aos cargos de confiança da Prefeitura, estes não fazem os pagamentos corretamente e um grande número não

contribui com o Partido de forma alguma.

Diante desse quadro, pergunto: o que a Direção Nacional pretende fazer a respeito? Será justo cobrar dos militantes filiados 1% dos seus salários declarados, fazer com que vendam Bônus, continuando com o estigma de meros carregadores de piano, enquanto os principais quadros não cumprem com seus deveres em relação ao partido — incluindo-se nesse rol vários dirigentes, alguns até fazendo "caixa 2" para campanhas eleitorais futuras?

Gostaria que a Direção Nacional avaliasse estas questões, fizesse uma reflexão à respeito e tomasse as medidas necessárias para corrigir as falhas existentes, tendo o partido acima de tudo.

Cobrar é preciso. Mas também é preciso que todos cumpram de forma igual suas obrigações partidárias.

ver. João Paulo de Oliveira
Sec. de Finanças da Macro
ABCD

Um alerta

O PT chegou a um ponto de seu crescimento que tem que trabalhar duro para ultrapassar a barreira que o isola das grandes massas trabalhadoras. Sim, porque nosso crescimento se reduz. Não conseguimos conquistar a confiança dos desorganizados. Não lhes conquistamos a confiança porque não falamos sua língua.

Diretrizes justas, voltadas para as numerosas e verdadeiras forças impulsionadoras das grandes transformações livrarão o PT do risco de estagnação, de minguar-se como esperança de mudanças revolucionárias.

Mantendo-se distanciado da grande massa trabalhadora desorganizada, o PT desatende aos seus deveres programáticos e estatutários, contentando-se com o trabalho fácil junto às categorias sociais mais ou menos privilegiadas pela escolaridade, pelos padrões salariais e pela organização.

Osmar Magalhães
Líder da Bancada do PT na
Assembléia Legislativa de
Goiás

EDITORIAL

Eles sabem o que querem

Realizado entre os dias 28 e 31 de outubro, em Belo Horizonte, o Congresso dos Movimentos Populares decidiu pela fundação da Central dos Movimentos Populares.

A fundação da Central foi caracterizada pelo Jornal da Tarde como uma "ameaça à democracia". Segundo o editorial de 3 de novembro, "a existência dos movimentos populares — ainda mais sob essa forma unificada — representa mais um recuo e um risco para as instituições do que um avanço". O JT argumenta que a Central de Movimentos Populares é "uma organização da qual o PT, se Lula chegar à Presidência, poderá lançar mão para promover grandes mobilizações de massa, destinadas a pressionar o Congresso. Essa seria uma forma de obter dele, por fora, aquilo que o PT não conseguiria obter por dentro, com sua bancada minoritária". Para quem ainda não entendeu o recado, o JT arremata: "essa tática de utilização política de movimentos populares foi usada no Chile por Salvador Allende, com os trágicos resultados que se conhecem."

Para concluir, o porta-voz do conservadorismo paulista diz que "a democracia tem seus canais próprios para que a sociedade manifeste seus desejos, protestos e reivindicações — o Congresso, os partidos políticos, sindicatos e outras associações de classe. Apelar para uma Central de Movimentos Populares como instrumento de pressão política é ensaiar uma ruptura com as regras do jogo democrático. Se Lula quer desmentir os que temem que sua chegada ao poder comprometerá o regimento democrático, tem de lutar para desvincular-se e a seu partido de organizações como a Central de Movimentos Populares".

Como sempre, os editoriais da família Mesquita são totalmente

claros. As respostas do PT devem estar a altura. Uma das razões pelas quais há democracia neste país é que os trabalhadores souberam manter ou criar suas organizações livres: a UNE e a Ubes, que tiveram seus dirigentes mortos e seus congressos proibidos pela repressão; o Partido dos Trabalhadores, quando os partidos socialistas ainda eram clandestinos; a CUT, quando o sindicalismo livre era proibido por lei. A criação da Central de Movimentos Populares corresponde, antes de mais nada, ao democrático direito da livre organização. O que quer o Jornal da Tarde? Que a democracia exista, mas não seja utilizada?

A Central dos Movimentos Populares surge não para ser um "aparelho do PT". Aliás, todos sabemos como os movimentos populares são ainda pouco prestigiados em nosso partido. A CMP surge porque ela é necessária, para globalizar e politizar nacionalmente as diversas variantes dos movimentos populares. Ela fará isso hoje, em 94 e daí por diante, seja qual for o governo. E se for necessário mobilizar a população, seja para pressionar o governo (inclusive o de Lula), seja para pressionar o Congresso Nacional, a CMP pode e deve fazê-lo. Ou o Jornal da Tarde acha que a única pressão legítima é aquela feita por lobbies empresariais?

Por fim: o Jornal da Tarde se refere aos "trágicos resultados" da experiência Allende. Que houve tragédia, houve. Tragédia essa que teve seus estimuladores no próprio JT, que semanas antes do golpe militar publicou um editorial onde dizia que, em certos momentos da história, é preciso correr sangue. Sendo assim, quem ameaça a democracia?

Sonia Hypolito
Secretária Nacional de
Movimentos Populares

BOLETIM NACIONAL

Novembro/93
2ª quinzena Nº 78

O Boletim Nacional é uma publicação quinzenal da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores Rua Conselheiro Nébias, 1052 CEP 01203-002 - São Paulo/SP Fones (011) 223.7999/7904 Fax: (011) 222.9665

Secretário de Comunicação

Markus Sokol

Secretário Adjunto

José Américo Dias

Jornalista Responsável

Marisa Lourenço MTb 18.321

Colaboradores

Cintia Campos

Editoração Eletrônica

William Aguiar

Assinaturas/Expedição

Ronney Lopes

Impressão

Central Print

Conferência Sindical

A CEN em sua última reunião, mandatada pelo Diretório Nacional, convocou para os dias 17, 18, 19 de dezembro de 1993, em São Paulo, a Conferência Sindical Petista segundo deliberação do 8º Encontro Nacional. Diante das imensas tarefas que cabe ao movimento sindical na conjuntura que se avizinha, é de suma importância a presença dos nossos sindicalistas. O tema central nessa Conferência é como o movimento sindical petista deverá intervir no processo de discussão e elaboração do Programa de Governo Lula/94, e, principalmente, qual o nosso papel no sentido de garantir a vitória de Lula e como deverá ser a nossa atuação no futuro governo petista garantindo a autonomia do

movimento sindical. Considerando o 5º CONCURTO enquanto um momento privilegiado na discussão de agenda e das ações do Movimento Sindical, deve ocupar lugar central no temário da Conferência a discussão da intervenção organizada dos petistas nesse evento.

A Secretaria Geral, junto com a Secretaria de Organização, deverá encaminhar aos estados a convocação oficial contendo o temário, critérios de participação e o detalhamento final de nossa Conferência.

Os diretórios estaduais devem contribuir substancialmente nesse processo promovendo até 12 de dezembro de 1993 seus Encontros Estaduais.

1º Encontro de Sindicalistas do PT

Conclamando os sindicalistas petistas a se integrarem à estrutura e à vida partidárias para que se posicionem sobre as questões centrais hoje enfrentadas pelo partido, a Secretaria Sindical Estadual de São Paulo convocou os companheiros de base e de direção para o 1º Encontro Estadual de Sindicalistas do PT, que acontece nos dias 13 e 14 de novembro, no Sindicato dos Químicos de São Paulo. Este Encontro, que é preparatório para a Conferência Nacional, tem na pauta a participação dos sindicalistas petistas no partido (problemas e propostas); a estratégia política do PT e a estratégia sindical da CUT; e, o movimento sindical e as eleições de 94.

Argumentando sobre a importância da integração dos sindicalistas na vida do partido, o secretário sindical Valdemar Rossi afirma que os militantes não podem se omitir. "O que está em jogo são os

nossos empregos, os nossos salários, as conquistas sociais obtidas com muita luta e a esperança de mudar para melhor essa estrutura social. Estamos em meio a uma das batalhas contra o projeto neoliberal e as ações anti-trabalhadores e anti-populares de Maluf e Fleury".

A Secretaria de Assuntos Institucionais já publicou a primeira versão das Diretrizes para o Programa de Governo Estadual-94 e está formando comissões temáticas. A SSE pretende que os sindicalistas se integrem nesse processo de preparação do partido, seja formando comissões temáticas específicas da área sindical, seja engrossando as demais comissões de trabalho. "Influir na elaboração do PAG, nas definições estratégicas e táticas da campanha eleitoral e diretamente nos governos que o PT vier a conquistar são tarefas decisivas dos sindicalistas para o momento".

Corra antes que acabe

Cinco mil emplaques avulsos do encarte "Diretrizes para a Elaboração do Programa de Governo Lula-94", que você encontra nesta edição, estão à disposição dos diretórios. Os interessados devem entrar em contato com Ronney Lopes (na sede nacional) o mais breve possível.

Deputado fora

Ricardo Moraes comunica à Câmara sua desfiliação do PT, e, em Manaus, os petistas reúnem mais de cem pessoas num ato de retomada da sede.

Ao entregar à direção nacional do PT (dia 20/10) o comunicado de sua desfiliação do Partido, o deputado Ricardo Moraes tornou sem efeito seu próprio recurso ao DN contra a decisão do Diretório Municipal de Manaus de expulsá-lo.

Em resolução aprovada por unanimidade na reunião de 23 e 24 de outubro o Diretório Nacional manteve a decisão do DM de Manaus e anulou o último Encontro Estadual do PT-AM — onde se pretendeu reconduzir o deputado ao partido. Isto define a natureza das relações entre o partido e o deputado — vale a expulsão, anterior ao desligamento: ele não pode retornar.

A direção nacional fará, portanto, todos os encaminhamentos necessários para oficializar o seu desligamento junto ao TRE do Amazonas.

Caberá, agora, ao DM de Manaus e a Comissão Provisória do Amazonas encaminhar a anulação do Encontro Estadual, sem prejuízo

da retomada posterior de averiguações e debates.

Para reconstruir e reorganizar o Partido naquele estado, o DN orienta que um novo Encontro deve ser realizado — para tanto, devem ser feitos também novos Encontros Municipais para a escolha dos delegados. A Comissão Executiva Nacional avaliará a necessidade ou não de que os Encontros Municipais renovem também as direções locais do partido. Deverá, também, indicar uma nova Comissão Provisória responsável pela organização do encontro, mas, até lá, será mantida a Comissão indicada no dia 16 de julho.

Ainda na resolução o DN conclama os filiados do PT no Amazonas a permanecerem nos quadros do partido: "A militância do partido, sua dedicação, seu empenho na construção do PT e sua presença e atuação nas lutas sociais, no movimento popular e sindical, são essenciais para a recomposição do trabalho do PT no Amazonas". *

CUMPOM DE ASSINATURA

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____

CEP _____ Telefone _____

Cidade _____ UF _____

Assinatura semestral (12 edições) CR\$ 1.300,00

Assinatura anual (24 edições) CR\$ 2.600,00

preço válido até 30/11

ACM em maus lençóis



O governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães, deve estar suando frio com as investigações sobre uma conta fantasma que teria sido usada para financiar sua campanha ao governo. A conta, aberta em nome do fantasma Hugo Freire Filho, movimentou cerca de US\$ 50 milhões de dólares entre julho de 1990 e janeiro de 1991. O caso está sendo investigado pela Polícia Federal, e pode comprovar que, como bom collarido, ACM usou o mesmo esquema ilegal para financiar sua eleição. Usando suas alianças com os donos de meios de comunicação e a intimidação, Toninho Malveza tem impedido que o caso ganhe grande divulgação na imprensa e na opinião pública.

A conta

Em julho de 1990, quando começava a esquentar a campanha eleitoral para governador, foi aberta na agência Salvador do Citybank uma conta corrente em nome de um suposto casal de plantadores da cacau: Hugo Tavares Freire Filho e Heloísa Góis Freire. O primeiro depósito, segundo a Polícia Federal, foi um cheque de Cr\$ 18,6 milhões (valor da época) emitido pela TV Bahia, de propriedade de familiares de ACM. O gerente responsável pela conta era o Sr. Renato Angelo Pereira Tourinho, irmão do diretor Comercial da TV Bahia, Sr. Rodolfo Pereira Tourinho.

A Polícia Federal apurou que Hugo Freire Filho e o CPF nº 00023542500, dado na abertura

da conta, não existem. A conta recebeu depósitos de outra conta fictícia, registrada em nome de Carlos Pimentel e Carlos Santos, no BMC., usada pelo empresário Thales Sarmento, dono da Construtora Sérvia, que pagou US\$ 500 mil ao esquema PC. Em depoimento à Polícia Federal, Sarmento reconheceu ter usado a conta também para contribuição a caixas eleitorais de diversos políticos.

Odebrecht

A empreiteira Odebrecht também teve cheques depositados na conta do suposto casal de plantadores de cacau. Os primeiros documentos enviados pelo Citibank à PF demonstram que a conta nº 95.134.360 movimentou grandes valores — alguns cheques superavam os US\$ 1 milhão. Ao longo das investigações, mais quatro cheques da Construtora Odebrecht foram descobertos vinculados à "conta fantasma", em valores equivalentes a cerca de US\$ 1,2 milhão. Os cheques foram dados à empresa Canal Interv, proprietária da TV Serra Mar, de Friburgo (RJ), pertencente a Cláudio Chagas Freitas, filho do ex-governador do Rio, Chagas Freitas, e afilhado de casamento de ACM.

A Polícia Federal identificou, até agora, 211 depósitos na "conta fantasma", totalizando US\$ 50 milhões, movimento observado apenas no período de julho de 90 a janeiro de 91.

Vinte mil em Salvador, 25 mil no Rio, 5 mil em São Paulo, 2 mil em Belém, 1 mil em João Pessoa, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba. Esse é o balanço da primeira semana de mobilização nacional pela apuração da corrupção e contra a revisão constitucional.

"Congresso ladrão, abaixo a revisão" é o que gritam os manifestantes dessa nova safra de mobilizações, confirmando as razões que levaram Lula a denunciar a maioria de 300 picaretas do Congresso Nacional e motivaram a recusa do PT em participar dessa revisão constitucional ilegítima.

Plebiscito

No último dia 10, o plebiscito promovido pela CUT e apoiado pelo PT teve a participação de milhares de pessoas, em diversos pontos do país. De maneira geral, com oscilações, o resultado mostrou entre 60 e 70% dos consultados contrários à revisão constitucional e outro tanto favorável à antecipação das eleições.

Os partidos contrários à revisão — PT, PDT, PC do B, PSB, PPS e um setor do PSDB —, se uniram ao Movimento pela Ética Na Política para um programa de atos públicos. Eles convergem para a Marcha a Brasília no próximo dia 23 de novembro, e culminam com um grande ato, no dia 24, em São Paulo.

De Brasília, os deputados Vladimir Palmeira (RJ), líder da nossa bancada na Câmara, e Jacques Wagner (BA), falam da movimentação no Congresso e as perspectivas de barrarmos a revisão constitucional.

Boletim Nacional - Depois da aprovação do Regimento Interno, quais as chances de sucesso de um boicote à revisão neste momento?

Vladimir Palmeira - Nos temos uns 70% de chances de barrar a revisão. Porque maioria aritmética não significa maioria política ou maioria moral. Pode acontecer dos

Sobe a temperatura

Aberta mais uma temporada de mobilização, o povo quer cadeia para os corruptos e repudia a revisão constitucional. No Congresso, nossa bancada dá duro na máfia do orçamento e está pronta para obstruir a revisão.

conservadores ganharem credibilidade quando começarem as punições, o afastamento dos envolvidos. É possível também um acordo no sentido de restringir a revisão. Concretamente, as votações da revisão só começam em dezembro, depois vem o Natal, os feriados.

O prazo final da revisão é 15 de

março. Quer dizer, eles têm muito pouco tempo hábil. Aí é que entra a importância da competência que a gente vai ter que ter na obstrução. E outra coisa é que, eventualmente, a revisão teria que interromper a CPI para garantir votações, o que não é fácil de explicar para a opinião pública. Então, acho que temos ótimas chances de barrar a

revisão. E tem as mobilizações de rua, que serão fundamentais.

BN - Como está sendo preparada a mobilização nacional do dia 23/11 em protesto contra a revisão constitucional feita por esse Congresso suspeito de corrupção?

Vladimir Palmeira - Na medida que acontecem mais revelações, que a ladroagem fique mais exposta, acho que essa mobilização tende a crescer. Por enquanto, acho que ainda não é suficiente a movimentação. A manifestação do Rio foi muito boa, a da Bahia também. A carga de indignação nacional me autoriza a acreditar que a coisa vai crescer

BN - E os contra-ataques dos nossos adversários, levantando denúncias contra nós?

Jacques Wagner - Tem gente aqui muito nervosa com o PT. Acho que o que dá mais raiva nesse pessoal não é ver suas maracutaias reveladas, é ver que nós estamos fora disso, nós somos realmente diferentes deles. O PT nunca disse que as emendas não devem ser apresentadas. Só que tem gente que apresenta emendas para se beneficiar, beneficiar empresas. Não é o caso da nossa bancada, que trabalha emendas de interesse público.

Boletim Nacional - Nessa semana em que você é o vice-líder de plantão, a imprensa tem insinuado que haveria um pressão para que a CPI do Orçamento não revele o nome de todos os envolvidos no esquema de corrupção, deixando de fora gente como José Sarney, poupar as empreiteiras, enfim, para que as investigações não vão às últimas consequências. Como a bancada está vendo isso?

Jacques Wagner - Eu, pessoalmente, estou fazendo um trabalho de retaguarda nessa CPI. Mas o que a gente sente aqui, de maneira geral, é uma preocupação em não se ampliar o leque das apurações. É como se houvesse um circuito de proteção.



Campanha da fome: 2ª fase

Santos vai sediar — no dia 17 — o lançamento da segunda fase da Campanha Nacional da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, que terá como objetivo principal a geração de empregos emergenciais. A escolha foi definida no dia 3 de novembro, após encontro entre o prefeito Davi Capistrano e o sociólogo Herbert de Souza (o Betinho), coordenador da campanha. Capistrano apresentou um esboço das propostas para a criação de empregos nas áreas de construção civil e saneamento, entre outras.

"É nos municípios que a Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria consegue mobilizar milhares de pessoas, dando nova dimensão à palavra solidariedade. As prefeituras sabem, entretanto, que se a campanha restringir-se à ação emergencial de arrecadar alimentos, os dramas dos cidadãos vão continuar." A exposição de motivos entusiasinou Betinho.

Para Betinho e Capistrano, a Campanha Contra a Fome não deve ficar restrita à arrecadação de alimentos. "São imprescindíveis as ações destinadas à ampliação do mercado de trabalho, com geração de emprego — mesmo

que temporário — e ao incremento das atividades econômicas."

Empregos

Santos está preparando uma ofensiva contra a reduzida oferta de trabalho no município. O Projeto de Geração de Empregos e de Renda passa pela reeleitura do orçamento municipal, possibilitando definir como os investimentos previstos podem contribuir para a criação direta de empregos. No dia 17 a cidade começa a por em prática esse projeto com o lançamento do serviço de cadastramento de desempregados e a criação de uma frente de trabalho para o início das obras de urbanização da Favela do Dique. Dispensando as empreiteira, a prefeitura abrirá, para contratação direta, 71 vagas para serventes de pedreiro, armadores, carpinteiros, eletricitas, pedreiros vigias, etc, que trabalharão na construção de um canal de drenagem de águas pluviais na favela.

As ações da prefeitura santista serão ampliadas no verão com outras frentes de trabalho voltadas ao atendimento turístico. Estão previstas ainda parcerias com a iniciativa privada, formação de cooperativas de trabalho e criação de incentivos fiscais.

Panorama da Campanha em São Paulo

No estado de São Paulo, mais de 300 comitês se interligam numa rede de solidariedade que mostra muito claramente a criatividade e o empenho de cada um. Apesar de não haver, ainda, contato com todas as frentes que esta campanha mobilizou, pode-se perceber a relação entre as zonas de maior carência e o aparecimento da organização popular.

Os comitês têm se multiplicado espantosamente. Alguns surgem a partir da arrecadação de alimentos, outros pela leitura da carência e identificação dos famintos.

Alguns grupos priorizam o debate e o estudo do assunto, outros a arrecadação e distribuição, mas todos com a mesma preocupação: a fome não pode esperar.

Os produtos arrecadados não tem

sido centralizados mas entregues diretamente, seja a entidades que trabalham com carentes, seja a grupos organizados a partir de favelas e outros bolsões de pobreza.

O grande desafio tem sido a convivência de pessoas com visões diversas. Mas a parceria e a somatória de esforços trazem novas possibilidades de alterar o triste quadro da miséria.

Grupos populares tem se articulado a partir de projetos de geração de renda e de propostas de projetos de lei.

Inaugurado recentemente, o comitê dos funcionários da Assembléia Legislativa de São Paulo se propõe a ser um espaço de proposições de projetos.

Secretaria de Apoio ao Comitê Estadual da Campanha: (011) 34.9201 e 36.8828

COMUNICAÇÃO

Seminário será na PUC-SP

Conforme previsto, realizou-se, no dia 4 de novembro, a segunda reunião preparatória para o Seminário Nacional de Comunicação, marcado para 11 e 12 de dezembro, no Tuquinha (auditório da PUC-SP). Com a participação da advogada Stella Bruna, que assessora o deputado José Dirceu (autor do Projeto de Lei Eleitoral desfigurado pelo Congresso), o mesmo grupo de dirigentes e profissionais presentes à primeira reunião debateu os aspectos concernentes à propaganda eleitoral modificados pela nova Lei. Também nesta reunião foi definida a pauta do Seminário

(veja abaixo). A terceira e última reunião preparatória, no dia 18, tratará do tema "conceito" — formato conteúdo e linguagem dos veículos petistas de comunicação. É bom lembrar que tanto o seminário quanto as reuniões preparatórias estão abertos à participação dos companheiros da área. E mais: em função da grave crise financeira que o Diretório Nacional enfrenta não contaremos com grande infra. Haverá uma modesta taxa de inscrição para os 100 participantes, esperados e a hospedagem para quem vem de fora da capital ficará por conta dos amigos.

Pauta

Sábado

9h00	Abertura
10h00	1ª Mesa: Os meios de Comunicação do PT
13h00	intervalo para almoço
15h00	2ª Mesa: A comunicação do PT com a sociedade (prefeituras, bancadas e assessorias)
20h00	Debate aberto ao público: A Comunicação no Programa de Governo de 1994

Domingo

09h00	Painel: Nova Legislação Eleitoral (Rádio e TV)
11h00	3ª Mesa: A campanha de 94 (idéias, propostas etc)
13h00	intervalo para almoço
15h00	apresentação do relatório — síntese das mesas
18h00	encerramento

Já temos Central

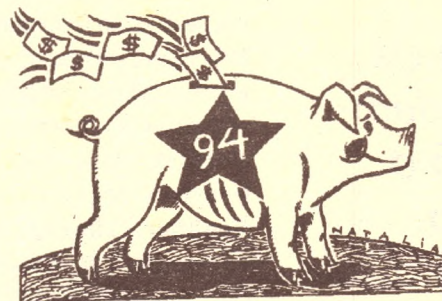
Mais de 1200 pessoas que participaram do Congresso Nacional de Movimentos Populares. Entre eles 923 delegados de 23 estados, eleitos em plenárias municipais; 35 observadores, representantes dos municípios que não alcançaram quorum e mais 210 convidados. Estiveram ali representados os seguintes movimentos: Mulheres, Comunitário, Moradia, Saúde, Negros, Criança e Adolescente, Prostitutas, Estudantil, Cultural, Homossexuais, Direitos Humanos, Assentados, Ecologistas, Portadores de Deficiência, Educação, Aposentados, Reintegração de Hansenianos, Ambulantes, Sem Terra e Povos Indígenas.

Para a estrutura dirigente, o Congresso elegeu 30 coordenadores nacionais — um representante de por estado e um por movimento — e destacou sete membros desta coordenação para compor a executiva. São eles: Paulo Cohen (PA), Aparecida Gonçalves (MS), José Albino de Melo e Raimundo Bonfim (SP), João Paulo Teixeira (SC), Severino Ramos (RS) e Onildo José Romão (PE).

A Coordenação eleita já está trabalhando para definir ações de lutas imediatas como a mobilização pela aprovação do Fundo Nacional de Moradia Popular, há muito emperrado no Congresso.

FINANÇAS

Preparando a Campanha



OPT vive hoje uma grave situação financeira, mas algumas medidas e iniciativas já foram tomadas para que possamos superar tal situação. Os parlamentares federais em débito estão sendo cobrados — alguns até já acertaram sua situação (na próxima edição divulgaremos a lista dos que ainda devem). Alguns Diretórios Regionais já voltaram a contribuir com o DN (listagem dos débitos será publicada no BN). Além disso, conseguimos racionalizar despesas com eventos, passagens de avião e outros.

Segundas informações dos DRs, a vendagem da 1ª remessa dos bônus está sendo um sucesso. Vale lembrar que o repasse para o DN deve ser

feito o mais breve possível.

Os próximos passos serão os seguintes:

1. Já está na rua a segunda fase do bônus, que corre em 4/12 — ajude a vendê-los — vendedor e comprador poderão ganhar um carro popular cada;
2. Cartões de Natal e Cartão Postal já estão na praça, divulgue-os;
3. Agenda/94 — foram feitas 10.000 agendas a um preço médio de venda de US\$ 7,00 cada. Este ano, a agenda é útil, resistente e simpática. Precisamos arregaçar as mangas e implementar uma ampla campanha de arrecadação financeira, que nos permita dar respostas a contento às enormes tarefas que terá o PT até a eleição de LULA, em 94.

JUVENTUDE

Mudanças na UBES

O XXX CONUBES teve o papel histórico de reunificar a atuação desta entidade que vivia um racha desde 88 provocado pelo MR-8 (corrente quercista do ME).

Agora, o XXX CONUBES contou com a participação de 6.000 pessoas, sendo que destas 3.500 eram delegados dentro de um critério de um delegado para cada 1.800 estudantes, representando assim o maior congresso da história da UBES. Este Congresso aprovou, entre outras resoluções, apoio à greve dos professores de São Paulo; que a UBES lute contra a Revisão Constitucional; que seja oposição ao governo Itamar e que a UBES lute por eleições gerais antecipadas para fevereiro de 94.

O Congresso foi marcado por uma grande desorganização. Afinal o

MR-8 controlava toda a estrutura. A correlação de forças do Congresso estava dividida da seguinte forma: de um lado o MR-8 (PMDB) e de outro a oposição, formada pelo PT, PST-U, independentes e outros. A oposição unificou-se com a UJS (PCdoB) para derrotar o MR-8. A possibilidade de unificação — que só se deu no final — assustou o MR-8, que a todo instante promovia tumultos e agressões físicas.

Mesmo com a derrota do MR-8 a UBES ainda não pode ser considerada uma entidade democrática, afinal o MR-8 ainda possui 14 cargos numa diretoria de 39 e a UJS sempre se mostrou amiga da onça. O nosso desafio está em transformar a UBES em uma entidade participativa e de massas.

INTERNACIONAL

Lula em Montevideu

O presidente do Partido dos Trabalhadores, acompanhado do candidato do PT ao governo do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, e do Secretário de Relações Internacionais, Marco Aurélio Garcia, visitou Montevideu entre 5 e 7 de novembro último.

Lula, que foi convidado pela Frente Ampla, cumpriu uma extensa agenda, que incluiu entrevistas com o presidente Lacalle, com o candidato do Partido Colorado, Julio Maria Sanguinetti, com o senador Hugo Batalla, e com a direção do Partido Demócrata Cristiano.

Ele concedeu uma concorrida coletiva à imprensa e deu entrevistas aos principais jornais uruguaios — El Observador, La Republica e El País, ademais de participar dos dois maiores programas de audiência da televisão uruguaia, cada um com hora e meia de duração.

Lula falou sobre o "Futuro da América Latina" no grande salão da Universidade Central, local que se tornou famoso por haver acolhido grandes líderes da América Latina, dentre os quais Ernesto "Che" Guevara. O ato, organizado pela central sindical PIT-CNT, com a presença do reitor da instituição, contou com uma concorrida assistência, na qual

estavam inúmeros parlamentares da Frente Ampla e seu presidente o general Liber Seregni, que recebeu mais tarde a delegação do PT para um jantar privado.

O candidato presidencial do Partido dos Trabalhadores falou sobre a importância da conjuntura que marcará latinoamericana nos próximos 12 meses quando deverão ocorrer eleições em vários países do Continente. Disse que a esquerda tem opção de vitória em vários casos e que esta hipótese se materializará se as esquerdas tiverem nitidez programática e capacidade de fazer alianças com todas as forças capazes de compartilhar um programa de reformas. Lula foi recebido pela direção do PIT-CNT e pelas comissões de relações internacionais do Senado e da Câmara.

O ponto alto da permanência da delegação do PT em Montevideu foi o encontro com a Mesa-dirigente da Frente Ampla e o jantar que a FA lhe ofereceu quando o candidato do PT enfatizou a necessidade da unidade das esquerdas para vencer os grandes desafios dos próximos meses.

Grande significação teve igualmente a entrevista da delegação petista com o prefeito socialista de Montevideu, Tabaré Vázquez.

AGRÁRIA

Trabalhando o PG-94

A Secretaria Agrária Nacional realizará no próximo dia 25 de novembro, as 9 horas, na sede do Governo Paralelo uma reunião de trabalho para a elaboração do programa agrário e agrícola do governo Lula.

A secretaria conta com a contribuição de companheiros dirigentes nas organizações sindical e popular e especialistas da área agrária e agrícola. O resultado das discussões será oferecido para a coordenação geral do programa e expedido para a militância partidária que atua

nos movimentos sociais e áreas técnicas dos diversos estados do país, para o debate que ocorrerá entre dezembro e abril, data do 9º Encontro Nacional do partido.

"feito por nós"

A Sistematização dos debates realizados nos estados pela base do partido, no movimento "Um Plano para o Campo feito por nós", deverá chegar à nacional a partir de dezembro para podermos ir incorporando ao trabalho de sistematização da nacional.

Bancada mais forte

A bancada do PT na Assembléia Legislativa do Espírito Santo está mais forte. O ex-presidente do Tribunal de Justiça do Estado, deputado Hélio Gualberto, filiou-se ao partido no dia 7 de novembro, reforçando o time composto por Brice Bragatto, Aloísio Kroling e João Carlos Coser. A nova opção partidária de Gualberto, que era integrante do PSDB, foi motivada "sobretudo pela postura ética do

Partido dos Trabalhadores, o único antifisiologista, antinepostista e antiassistencialista", como explicou o deputado à imprensa capixaba.

Hélio Gualberto lembrou que ao longo de seu mandato sempre manteve posições idênticas às nossas e considera o PT "a face contrária a essa prática espúria da política nacional, com seus vícios crônicos".

Boal se defende

Um convênio no valor de US\$ 2,5 mil, firmado entre a empresa Augusto P. Boal Produções Cinematográficas, de propriedade do vereador petista, e a Secretaria de Cultura do Rio de Janeiro, tem servido de munição para os ataques da imprensa carioca ao PT. O jornal "O Dia" chegou a divulgar que o convênio teria um valor mil vezes maior.

O pretexto para o chumbo grosso do jornal é a Lei Orgânica do Município que proíbe qualquer vereador de assinar contrato com a prefeitura como pessoa física. O

convênio, entretanto, foi firmado pela empresa de Boal, pessoa jurídica, destinando a quantia a ajuda de custo para a realização de 7 Festivais de Teatro do Oprimido.

Em cada um desses festivais se apresentaram em média 5 grupos, formados cada um por cerca de 10 pessoas. Nem Boal nem os atores receberam qualquer tipo de remuneração por esse trabalho. Todas as apresentações foram gratuitas, feitas em espaços públicos e atingiram aproximadamente 2.000 pessoas.

Campeões de luta limpa

A propósito da citação de deputados petistas (notadamente Maria Laura e Pedro Toneli) de forma nebulosa na questão do Orçamento — "Campeões na aprovação de emendas" —, a Bancada Federal divulgou nota, que em resumo diz: "Repelimos as tentativas de confundir a opinião pública com insinuações contra deputados do PT que tiveram emendas aprovadas em processos absolutamente legítimos e legais. A CPI não está investigando parlamentares por terem apresentado emendas, e

sim por terem fraudado o Orçamento da União.

Os elevados recursos destinados mediante emendas de parlamentares petistas devem-se à orientação do partido de evitar as emendas "paroquiais", concentrando recursos em áreas prioritárias para o desenvolvimento nacional. Assim, as emendas do PT com dotações vultosas foram destinadas, prioritariamente, aos assentamentos de reforma agrária, a investimentos indispensáveis na Petrobrás e à produção científica e tecnológica.

Despedida

A Bancada Municipal de Porto Alegre não conta mais com o vereador Antonio Holfeldt. Fundador do PT e primeiro vereador eleito pelo partido na capital gaúcha, Holfeldt anunciou — dia 5 — seu afastamento do PT e filiação ao PSDB, alegando cansaço e descontentamento com

a ala majoritária na direção municipal.

Apanhado de surpresa o Diretório Municipal de Porto Alegre divulgou nota lamentando a saída do parlamentar, "especialmente porque a decisão não foi precedida de qualquer discussão no interior do partido".

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Lixo vira fonte de renda

Uma Cooperativa de Coletores de Material Reciclável criada no dia 12 de novembro pela administração democrática e popular de São José dos Campos está fazendo do lixo uma fonte de geração de renda para cerca de 200 famílias carentes. A Cooperativa conta com 34 catadores de lixo do bairro Torrão de Ouro — onde está situado o aterro sanitário do município — que desde outubro vem separando material reciclável (papelão, plástico cobre e vidro) para ser vendido a empresas de São José.

O projeto da Secretaria de Desenvolvimento Social teve origem a partir da invasão do lixão pelos moradores do Torrão de Ouro, em junho. Cerca de 300 famílias estavam se alimentando de restos de comida. Alarmada com a



situação a prefeitura decidiu iniciar um trabalho intensivo no bairro, buscando organizar os moradores, fazer um profundo levantamento da miséria e propor alternativas para geração de renda. A partir das informações que levantou quanto à

distribuição da miséria no município, a administração decidiu também convocar toda a sociedade para uma ação conjunta e maciça. Foi assim que surgiu o Comitê de Combate à Fome, pela Vida. Todos os segmentos da sociedade aten-

deram ao chamado, constituindo um Comitê extremamente representativo. Nos quatro meses de existência, o Comitê já arrecadou 40 toneladas de alimentos que estão sendo distribuídos para famílias carentes.

A participação da Prefeitura petista está garantindo que a atuação do Comitê ultrapasse os limites do assistencialismo. Além de propor a realização de atividades de conscientização, geração de renda e combate ao desperdício por parte de empresas alimentícias, a prefeitura conseguiu incluir entre os que recebem cestas de alimentos os trabalhadores acampados na Engesa e os Professores estaduais que estavam em greve.

LAGOA DA PRATA

Orçamento Participativo, um trabalho sério

Lagoa da Prata (MG) também tem boas histórias para contar sobre sua primeira experiência de elaboração do Orçamento Participativo. A cidade de 35 mil habitantes tem tradição de mobilização e organização, pois desde 81 as Comunidades Eclesiais de Base e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais desenvolvem um trabalho de conscientização da população. Esse processo é apontado como o grande motor da eleição do petista José Otávio Ribeiro para a prefeitura, em 92.

Calouros em Orçamento Participativo, os companheiros recorreram a experiências anteriores bem sucedidas de outras prefeituras petistas. Os trabalhos começaram no mês de julho deste ano, com a cidade dividida em cinco regiões e a rádio local convidando a população para as reuniões.

Nessas reuniões era explicado à comunidade o que é o Orçamento e pra que serve. "Deixamos sempre claro que o nosso objetivo era trabalhar com a comunidade e responder a seus anseios", conta

Alzire Aparecido de Moraes, secretário de Desenvolvimento Econômico e Social do município. Foram discutidas as necessidades dos bairros e definidas as prioridades.

Proporcionalmente ao número de participantes das assembleias, foram escolhidos os delegados ao Conselho de Orçamento. Seguindo a experiência de Porto Alegre, os vereadores foram convidados pela prefeitura a participarem do processo, na condição de delegados natos. Com isso, aplacaram-se as resistências da Câmara, onde o PT é minoritário.

Os delegados fizeram levantamentos em seus bairros, de casa em casa, mapeando o número de crianças, de desempregados, as ruas sem calçamento e sem esgoto. Foi esse levantamento que definiu a proposta de orçamento enviada à câmara no dia 30 de setembro. "Foi um trabalho bonito e sério", conta o secretário Alzire. A partir dele, cresceu a consciência dos problemas da cidade. "Os delegados passaram a ser as pessoas

mais respeitadas de Lagoa da Prata, porque se tornaram o elo de ligação entre a população e a Câmara e o Executivo".

Compreensão

O trabalho de Orçamento participativo, contraposto ao escândalo da Comissão de Orçamento no Congresso Nacional, neutralizou a oposição de Lagoa da Prata. A Câmara já se comprometeu a não alterar a decisão de destinar 50% das verbas para a prioridade número um definida pela população: saneamento básico.

"No começo do nosso mandato, o povo achava que a gente ia resolver todos os problemas. Agora, com a participação, aumentou a compreensão e a colaboração", conta Alzire. A prefeitura de Lagoa da Prata realiza, ainda, mutirões para construção de casas populares e está engajada na campanha contra a fome. "O trabalhador já começa a saber o que é uma administração democrática e popular", comemora o secretário.

Injustiça

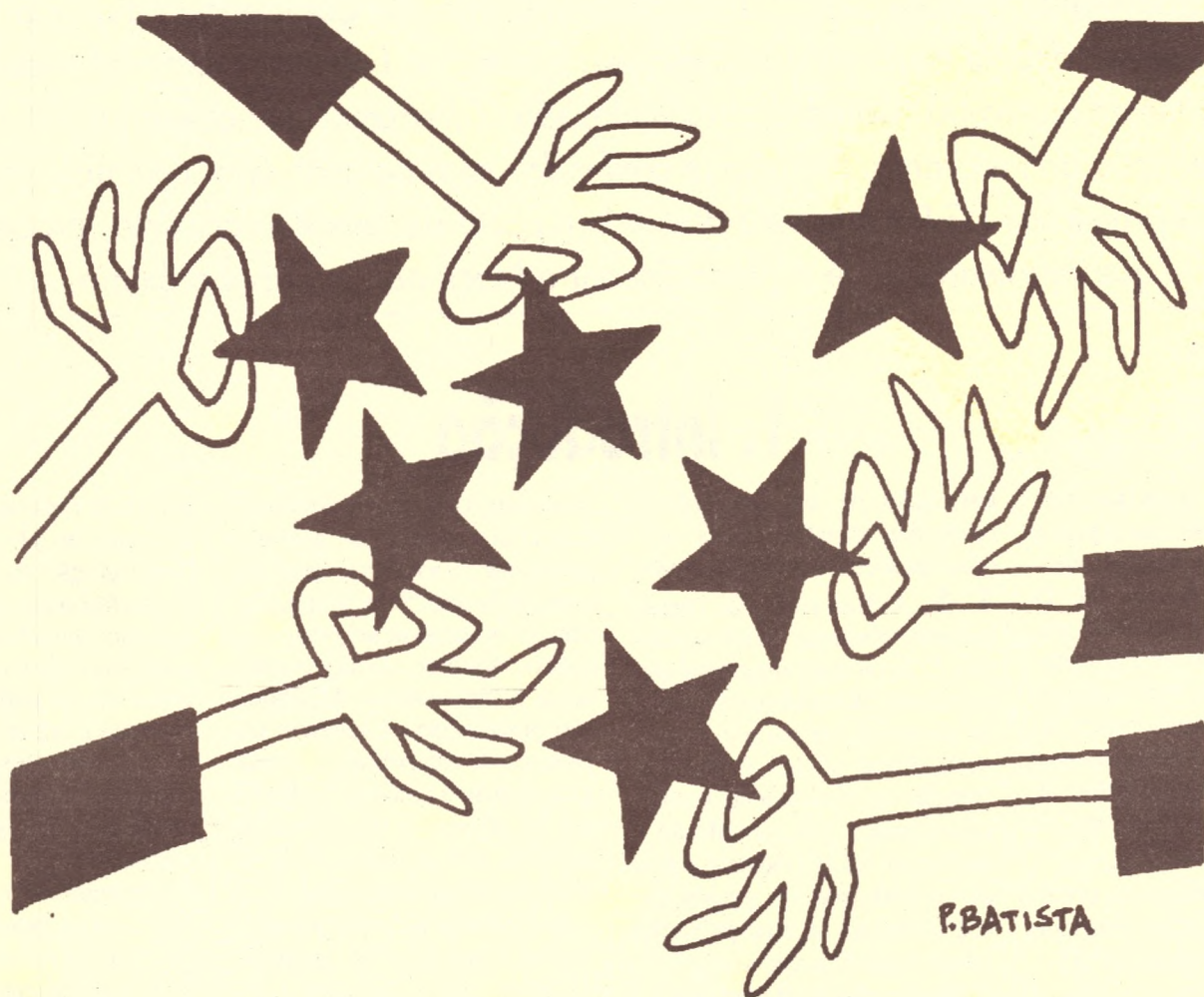
Uma tentativa de colocar o PT na vala comum. Assim o ex-presidente da Empresa de Processamento de Dados do Município de São Paulo, Edison Cardoni, avalia a sua condenação a dois anos e oito meses de prisão por "peculato". "A sentença busca intimidar as administrações democráticas e populares, impedindo-as de estarem ao lado das reivindicações populares". Cardoni foi condenado por ter destinado recursos da PRODAM para o aluguel de três ônibus que levaram representantes do movimento sindical paulistano a Brasília, numa caravana convocada pela Frente Nacional de Prefeitos, em 1989.

Cardoni vai recorrer da sentença e uma campanha de solidariedade já está acontecendo, coordenada pelo Diretório Municipal de São Paulo. Lembrando os diversos momentos em que prefeituras colaboraram com o movimento — até Antonio Carlos Magalhães, governador da Bahia, ajudou materialmente o Congresso de Reconstrução da UNE, em 79 —, o ex-presidente da PRODAM classifica de "política" a sua condenação. "Os corruptos estão soltos e usam esse caso para atacar o PT e a candidatura Lula".

Diretrizes

para elaboração do

Programa de Governo Lula-94



Estas diretrizes procuram resumir as idéias gerais que orientarão a elaboração do Programa de Governo Lula-94. São o resultado das resoluções do 8º Encontro Nacional e das discussões realizadas na Comissão Coordenadora do PG-94, na Comissão Executiva e finalmente no DN.

A primeira idéia chave diz respeito ao caráter do PG e do seu método de elaboração: mais do que um documento com coexistência intelectual e

técnica, o que queremos é um programa que expresse forças sociais e políticas que se mobilizem para sua formulação e posterior implementação; que seja portanto um dos instrumentos de articulação de uma alternativa política democrática e popular na sociedade brasileira, que dê coerência à vontade de mudança existente no país.

As propostas que se esboçam nestas Diretrizes apontam para

transformações de caráter democrático e anti-monopolista — antilatifundiários e antiimperialistas — que se inserem em uma estratégia de longo prazo de construção de uma alternativa ao capitalismo. Representam, portanto, uma **revolução democrática** que mudará radicalmente as bases do poder. Desta forma, o primeiro grande eixo de reformas democráticas e populares é **democratizar radicalmente o Estado e a**

Sociedade.

A democratização implica construir **um novo padrão de desenvolvimento**, centrado na distribuição de renda e de riqueza — padrão que se contraporá frontalmente ao modelo neoliberal abraçado pelas nossas elites, e que negará seus mitos: a eficiência absoluta do mercado, o Estado mínimo, a abertura externa da economia como caminho ilusório para a integração no “1º mundo”

As grandes linhas

Este documento foi objeto de 3 discussões na Comissão Coordenadora do PG-94, além de um debate na Comissão Executiva e outro no Diretório Nacional onde foi finalmente aprovado. Como diz seu título, são "Diretrizes" que devem orientar a formulação do Programa. Ele não se confunde - nem no conteúdo, nem na forma - com o projeto de PG-94 que será discutido a partir de fevereiro próximo, processo que se estenderá até o Nono Encontro Nacional, em abril próximo.

1. Introdução

1.1. O objetivo destas Diretrizes é o de propor grandes linhas para a elaboração do Programa de Governo para as eleições de 94. O Diretório Nacional aprovará em janeiro um projeto de Programa que será submetido à discussão do partido nos primeiros meses de 1994. O processo culminará com a votação de um texto definitivo no Nono Encontro, previsto para 23/24 de abril próximo.

1.2. As Diretrizes, que orientarão a Comissão Coordenadora, as Comissões Temáticas e os Grupos de Trabalho empenhados na preparação do PG-94 devem expressar o amplo debate programático realizado pelo PT em seus treze anos de história, na formulação do PAG-1989, no Primeiro Congresso e em todos seus Encontros Nacionais, especialmente no Oitavo, realizado em junho de 1993.

1.3. O PG-94 deverá oferecer a base programática para a ação governamental da administração democrática e popular que se inaugura em 1995, constituindo-se desde agora em instrumento de mobilização, organização e subsídio para o debate político-ideológico em que se converterá a campanha eleitoral.

No curto e médio prazos, o Programa cumprirá um importante papel na formação de uma ampla aliança de forças sociais e políticas capazes não só de vencer as eleições como, sobretudo, de garantir a

aplicação de um projeto de profundas transformações econômicas, sociais e políticas no país.

1.4. As Resoluções do Oitavo Encontro Nacional do PT expressam: "Tão ou mais importante que a consistência intelectual e técnica de um projeto de governo é saber quais forças sociais e políticas poderão ser efetivamente mobilizadas para a sua formulação e implementação e conhecer o grau de credibilidade dos grupos que hegemonizam a aliança social encarregada de implementá-lo." O discurso competente tem caracterizado o bom programa de governo como aquele resultante da elaboração de especialistas.

O PT possui entre seus militantes milhares de intelectuais, técnicos, sindicalistas e dirigentes populares

dotados de conhecimentos teóricos e práticos sobre os grandes problemas econômicos, políticos e sociais do país. Sabe, no entanto, que a formulação de um programa, beneficiando-se destas contribuições, transcende-a. A elaboração programática é também um processo de luta política e ideológica no qual os agentes envolvidos em um projeto de transformação apontam para a necessidade de alterar as relações de poder.

A consistência e credibilidade de um programa é, assim, resultado da articulação de elementos técnico-intelectuais, de um lado e sociais e políticos, de outro. Ele deve refletir as complexidades da realidade nacional.

1.5. Estas considerações são importantes para compreender o

método de elaboração do Programa de Governo - 94.

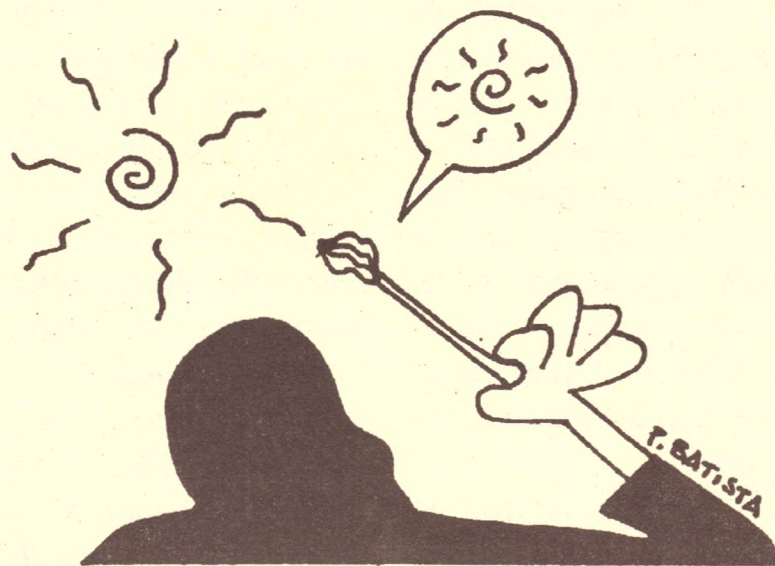
A preparação do PG-94, mesmo em sua fase atual, deve combinar o constante envolvimento da base partidária com a interlocução com outras forças políticas e com as expressões organizadas da sociedade: sindicatos, movimentos populares, universidades e comunidade científica, igrejas, militares, empresários.

A abrangência e definição do Programa de Governo-94 serão o resultado da reflexão de milhares de pessoas alimentada pelo contato permanente com a base social que busca representar.

1.6. Fica clara a necessidade de que o Programa, além de uma ferramenta essencial para a ação governamental no próximo período, venha a se constituir, igualmente, desde agora, em um dos instrumentos de articulação de uma alternativa política na sociedade brasileira.

O Programa buscará dar coerência a uma vontade de mudança existente no país, expressa nas múltiplas formas de resistência social e/ou nas pesquisas eleitorais que colocam Lula à frente de seus adversários.

A transformação do voto-protesto em um movimento democrático e popular pelas reformas estruturais da sociedade e do Estado brasileiros passa pela construção de uma alternativa coerente de transformações a ser compartilhada por



milhões de brasileiros.

Como o êxito de um governo popular está diretamente ligado à uma presença inteligente no espaço institucional, mas, sobretudo, à capacidade de constituir uma extensa e mobilizada base social é evidente que na discussão programática está em jogo também o êxito da administração Lula.

O Oitavo Encontro expressa claramente que “sem um elevado nível de atividade do movimento social, o potencial de avanço de nosso governo será limitado”. Seu sucesso depende da “auto-organização, (da) participação e (da) conscientização populares.”

Estes problemas estão postos desde hoje. A participação popular é uma diretriz geral do nosso governo. Ela não se restringe aos conselhos institucionais hoje existentes. A participação popular é uma filosofia de governo, uma política que perpassará toda a administração federal de forma coerente, visando assegurar o efetivo controle da sociedade civil sobre os mecanismos de decisão do Estado.

1.7. É fundamental enfrentar e

resolver uma situação paradoxal. A crescente aceitação de Lula e as dificuldades do centro-direita em viabilizar suas candidaturas se dão em um quadro político ideológico marcado pela hegemonia de idéias conservadoras, sobretudo das teses neoliberais, para a organização da economia e o funcionamento do Estado e da sociedade.

O paradoxo é ainda maior quando se constata que, internacionalmente, o neoliberalismo começa a experimentar seus limites e que, no Brasil, o agravamento da crise social é consequência da aplicação de algumas dessas medidas no governo Collor e agora no de Itamar.

A hegemonia neoliberal se traduz não somente na forma como suas análises e propostas ocuparam o imaginário popular, mas, igualmente, na sua influência na própria agenda das esquerdas.

Trata-se, pois, de fazer do debate programático um momento de confronto com estas idéias e políticas conservadoras buscando a constituição de uma nova hegemonia.

1.8. Este movimento de constituição de uma nova hegemonia - que passa por um novo diagnóstico da crise e pela formulação de novas alternativas para sua solução - será um instrumento eficaz para superar os ceticismos que hoje se manifestam em relação às possibilidades de vitória em 94 e, sobretudo, à capacidade de governo das esquerdas.

O tradicional conservadorismo brasileiro, inclusive de alguns setores “modernos”, tem esboçado um cenário catastrófico para a futura administração popular, prognosticando o caos econômico, social e o desgoverno que culminariam com a destituição legal ou **manu militare** do presidente. Mesmo setores progressistas, inclusive de esquerda, dão ênfase particular aos obstáculos — apresentados quase como “insuperáveis” — que um governo Lula enfrentaria. Os cenários que acompanham estas análises apontam ou para a paralisação do futuro governo aprisionado pela máquina estatal-burocrática, ou para a “traição” do programa, ou, ainda,

para uma radicalização da oposição conservadora que iria até a utilização da violência contra o governo popular.

Sem desconhecer riscos nem subestimar as muitas dificuldades que enfrentará, é de fundamental importância explorar as enormes potencialidades que um governo Lula abre para o país em termos de reverter a dinâmica atual da crise brasileira e dar início a um processo de construção de uma nova sociedade e de uma nova nação.

A qualidade política e a base social do Programa serão elementos importantes para que o potencial do governo democrático e popular se transforme em realidade.

Aos conservadores devemos responder que o caos não está por vir, mas que já se encontra instalado e deverá aprofundar-se se eles continuarem no poder.

Aos céticos, devemos pedir que canalizem suas inquietações para a formulação de alternativas concretas que nos permitam viabilizar a mais generosa proposta de transformações com a qual este país se defrontou em toda sua história.

2. O contexto, a crise e os cenários de 1994

2.1. Tem sido frequente (e justificada) a comparação dos contextos internacional e nacional que cercaram as eleições de 89 com a conjuntura 93/94. Isto permite construir cenários para as eleições de 94 e a instalação de um governo democrático e popular no Brasil com indicações para a formulação do programa. Mesmo conhecendo o caráter hipotético destes cenários, é indiscutível que eles são úteis para orientar o debate programático, até porque muitas destas hipóteses são formuladas a partir de tendências que dificilmente serão alteradas — pelo menos nos seus aspectos essenciais —, apesar da imprevisibilidade da cena nacional e internacional.

2.2. A primeira diferença em relação a 89 está no fato de que hoje Lula lidera todas as pesquisas e se transforma no alvo privilegiado da direita ou dos partidários da “terceira via”. Isto aumenta nossas responsabilidades na formulação de um programa capaz de ser, ao

mesmo tempo, um instrumento de mobilização e de governo.

A outra diferença está ligada ao fato de que o Programa será aplicado em um país que vem sofrendo o impacto das políticas neoliberais o que aumentará as dificuldades do governo Lula para implementar sua política de reformas democráticas e populares. Finalmente, as eleições de 94 se darão depois de muitos anos de experiência administrativa do PT em prefeituras, cujo balanço político ainda não fomos capazes de realizar plenamente. Esta avaliação é imprescindível.

A vitória de Lula terá um grande impacto internacional, sobretudo na América Latina, produzindo previsíveis modificações na correlação de forças do continente, o que aumenta nossas responsabilidades.

2.3. As eleições de 94 ocorrerão em um contexto internacional diferente daquele de 89. As grandes potências capitalistas festejavam

quatro anos atrás não somente os aparentes êxitos de suas experiências neoliberais (sobretudo EUA e Grã Bretanha), apresentadas como paradigma de política econômica, como o início da decomposição do “campo socialista”, emblematicamente anunciada pelo fim do muro de Berlim ou pelo massacre da Praça da Paz Celestial, meses antes.

Hoje o processo de crise do socialismo “realmente existente” está avançado com o fim da URSS, as metamorfoses por que passam China e Vietnã ou a crise aguda de Cuba, submetida a um cerco asfixiante.

A “Guerra Fria” não só chegou ao fim, como tem um vencedor: o “ocidente”, mais particularmente os Estados Unidos, que, sobretudo depois da Guerra do Golfo, tentam impor ao mundo sua hegemonia político-militar, contestada economicamente pela Alemanha e pelo Japão.

Mas o capitalismo não pode exibir

hoje a mesma auto confiança no desempenho de sua economia de anos atrás. A crise econômica derrotou os Republicanos e as receitas neoliberais deixaram de ser produto de consumo interno nos EUA, reservando-se para a exportação. O processo de **modernização conservadora** em curso no mundo nos anos 80 se estendeu pelos 90 com seus duplos efeitos: por uma lado uma revolução das forças produtivas, por outro uma série de efeitos sociais perversos dos quais o crescente desemprego e o **apartheid** social são os mais visíveis.

Onovo padrão tecnológico, próprio da “terceira revolução industrial”, não deu nascimento até agora a um novo padrão de desenvolvimento capitalista em escala internacional. A concorrência mundial se aguçou com repercussões profundas no mundo do trabalho, submetido ao desemprego (mesmo quando há expansão), à precarização e desestruturação das relações

clássicas de produção.

O neoliberalismo não levou os países capitalistas que o aplicaram a tornarem-se mais competitivos. A crise arrastou consigo gigantes multinacionais, até bem poucos tidos como modelos de organização empresarial.

Aprofunda-se o fosso entre as atividades produtivas e a especulação financeira, que se autonomiza crescentemente. A instabilidade comercial persiste e a monetária se agrava.

A polarização norte-sul ganha novos contornos, sucedendo à oposição leste-oeste. Os riscos da barbárie se transformam em ameaça real.

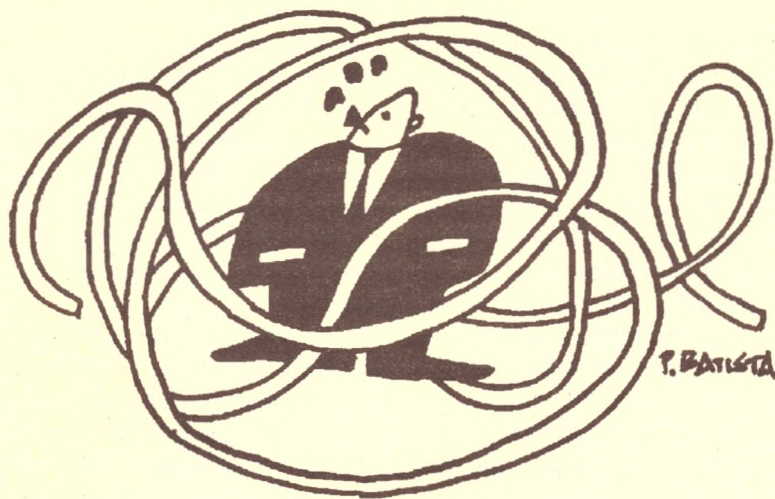
Esta “nova (des) ordem econômica mundial” é acompanhada de uma “nova (des) ordem política” com o aparecimento de agudos conflitos étnicos, do nacionalismo exacerbado, do racismo e do fundamentalismo religioso. Os Estados Unidos tem reforçado sua vocação “imperial” com o apoio ou complacência das grandes potências para intervir em todos os países ou regiões em que consideram que seus interesses estejam afetados. Valem-se na maioria das vezes das Nações Unidas, particularmente do Conselho de Segurança, implementando concretamente sua política de “soberania limitada”.

2.4. Não sendo objetivo destas Diretrizes analisar em detalhe a evolução da cena internacional, é importante, no entanto examinar tendências que configuram a especificidade da crise capitalista mundial, que são, de resto, visíveis no Brasil.

Num mundo marcado pela crescente **globalização**, a “nova ordem” traz fortes ameaças para os direitos humanos e para os princípios de soberania e autodeterminação das nações. No plano econômico observa-se a ingerência de organismos supranacionais (FMI, Banco Mundial, G7, etc) nos mecanismos de tomada de decisão nacional sobre os temas de política econômica, com profundo impacto social.

O Brasil não pode desconhecer estas tendências, ainda que não deva tomar a “nova ordem” mundial como uma fatalidade.

A sua inserção no mundo deve ser ativa, procurando atuar contra



aqueles fatores que se opõem à construção de um projeto nacional de desenvolvimento com distribuição de renda, riqueza e poder. Os constrangimentos que os organismos econômicos e políticos internacionais criam, somados à ação das multinacionais, são conhecidos. Mas as incertezas da economia mundial, as contradições que o processo de globalização gera, e o próprio fim da “guerra fria” podem significar vantagens para que o Brasil possa — em função do seu potencial interno — buscar alianças que permitam uma inserção soberana na economia e no cenário político mundiais.

2.5. As dificuldades que o projeto neoliberal enfrentou no Brasil, decorrem não só da complexidade do sistema produtivo brasileiro construído a partir de 1930, mas sobretudo das resistências que vários agentes sociais ofereceram às políticas de desindustrialização do país.

O Brasil não sofreu uma desindustrialização semelhante às do Chile, Argentina ou México, essencialmente porque suas classes trabalhadoras resistiram ao neoliberalismo, da mesma forma que uma parcela do empresariado.

O regime partido-Estado no México e as sangrentas ditaduras na Argentina e no Chile fizeram o “trabalho sujo” prévio que criou as condições de possibilidade para os “êxitos macroeconômicos” que hoje estes países festejam, ainda que se avolumem indícios de crise, sobretudo no México e Argentina. Transformar esta resistência que o Brasil pôde até agora opor em uma

base real para a reconstrução de um projeto nacional de tipo radicalmente distinto é um dos grandes desafios que o PT tem na formulação de sua proposta de programa para o governo que se inicia em 1995.

2.6. Quanto ao cenário nacional, a profunda degradação da situação econômica e social faz pesar sérias ameaças sobre a democracia política no Brasil.

O prolongado período de crise que o país enfrenta e a natureza da mesma indicam que não estamos apenas diante de mais um fenômeno cíclico de recessão que criaria condições para um novo período de expansão.

Tudo aponta para um fenômeno mais profundo, de esgotamento de um modelo de desenvolvimento — centrado na industrialização substitutiva de importações — que apresentou três grandes momentos: nos anos 30/40, no governo JK e na ditadura militar.

Estas três experiências, que contribuíram para o Brasil tornar-se recordista de crescimento no século XX, foram ao mesmo tempo marcadas por um crescimento excludente, com enorme concentração de renda, acompanhada do reforçamento de um Estado, autoritário e privatizado, e da supressão, ou, no mínimo, tutela de democracia.

Cada uma dessas experiências se viu confrontada com seus próprios limites, pondo na ordem do dia a questão das reformas estruturais. Em cada uma dessas circunstâncias históricas de crise não houve forças sociais e políticas à altura do

desafio das reformas estruturais.

Hoje, talvez pela primeira vez na história republicana, esta força existe. O desafio pode ser enfrentado, ainda que as condições para fazê-lo sejam difíceis.

A crise econômica de 13 anos não tem possibilidade de ser resolvida através dos clássicos projetos desenvolvimentistas-burgueses. Para a burguesia brasileira sobra o não-projeto liberal ou a resistência errática de setores do empresariado que só conduz a um aprofundamento da crise.

Fica evidente a falência do nacional-desenvolvimentismo e do neo-liberalismo.

Estão pois criadas as condições para que os trabalhadores hegemônicos um novo projeto de desenvolvimento, radicalmente distinto dos anteriores.

À crise econômica se juntam os fatores de inquietação resultantes de seus efeitos sociais: a corrupção, a violência, a degradação sem precedentes das condições de vida, o abandono de nossas crianças e jovens, a ruptura dos laços de solidariedade, o que permite a disseminação na sociedade do ceticismo com a política, do messianismo ou do autoritarismo. O projeto de reconstrução do país, expressando os interesses dos excluídos de sempre, de luta contra o **apartheid** social em que vive grande parte da população, se apresenta como o único capaz de recuperar a idéia de nação e de vertebrar um Brasil soberano, democrático, economicamente viável e socialmente justo.

Este projeto é nossa resposta à crise permanente em que vivem mergulhados o Estado e a sociedade brasileira, com sua educação destrocada, sua defesa comprometida, com uma moeda (indexada) para os ricos e outra (podre) para os pobres.

Devemos dar um basta a esta crise, mostrando que há uma saída.

2.7. O Partido dos Trabalhadores disputará as eleições com seu perfil de partido socialista, de esquerda, ainda que articulando uma coligação mais ampla de forças sociais e políticas.

As propostas que apresentará em seu Programa de Governo-94 apontam para transformações de caráter democrático e antimo-

nopolista — antilatifundiárias e antiimperialistas — que se inserem em uma estratégia de longo prazo de construção de uma alternativa ao capitalismo, **uma revolução democrática que mude radicalmente as bases do poder.**

A definição deste projeto socialista passa pelo aprofundamento da crítica aos paradigmas dos socialismos estatista-burocrático e socialdemocrata, mas fundamentalmente pela construção de uma alternativa ao capitalismo que revela mundialmente, e em especial no Brasil, sua incapacidade de atender aos reclamos das imensas maiorias da sociedade.

O socialismo não deve ser para o PT apenas a construção de uma utopia sistematicamente relegada a um futuro inatingível.

Ele tem uma significação presente e dá um conteúdo preciso a nossas posições antimonopólicas e antioligopólicas.

Mas ele se traduz, sobretudo, no enfrentamento político dos grandes desafios do momento. Se, como ensinam as crises do socialismo burocrático-estatista e da socialdemocracia, o socialismo que defendemos é antes de tudo a **socialização da política e do poder**, o Brasil está desde agora confrontado com esta tarefa. Trata-se não só de construir uma nova sociedade, em um futuro longínquo, mas de responder a este desafio desde agora.

O PT só poderá governar se a política tiver sido socializada e se transformar na preocupação de dezenas de milhões de brasileiros

e se o poder não ficar confinado nas estruturas burocráticas de um Estado construído para consagrar a dominação burguesa na sociedade.

Isto significa a necessidade de combinar a ação institucional com a multiplicação de mecanismos de democracia direta: consultas, criação de organismos populares, controle social do Estado.

Devemos construir uma proposta de Estado de Direito, a partir de uma perspectiva de radicalização da democracia, o que significa a ampliar do espaço público e integrá-la em todas as suas dimensões — econômica, social, política e cultural. Desse modo ela deixará de ser mero formalismo e ilusão jurídica, convertendo-se em um espaço de criação permanente

de novos direitos, e abrindo campo para que se dê uma efetiva alteração das relações de poder.

Uma tal concepção de democracia supõe hegemonia dos trabalhadores.

Estas questões estão colocadas na atual conjuntura.

Da mesma forma, no enfrentamento da questão agrária, do papel do setor estatal da economia, das alternativas aos oligopólios, estará colocada em discussão a questão de novas formas de propriedade que transcendam seja a perspectiva estatista, seja a da reprodução da propriedade privada dos meios de produção e dos serviços.

3. Os grandes eixos das reformas democráticas e populares

3.1. As tarefas de transformação radical da sociedade brasileira são inadiáveis e devem ser desencadeadas desde o primeiro dia do governo democrático e popular.

Caberá ao de Lula iniciar e aprofundar este processo criando condições para que este caminho de transformações seja irreversível. Confrontado com pressões dos

setores conservadores, que tudo farão para desestabilizá-lo, e com fortes demandas sociais reprimidas por décadas, o governo popular deverá estabelecer um calendário

de realizações para os cinco anos, para os primeiros meses e dias que permita visualizar o caminho a ser percorrido e com isso articular uma poderosa base social de apoio.

Os grandes eixos do Programa a serem explicitados pelas comissões e grupos de trabalho apontam para os seguintes itens fundamentais:

3.2. Democratizar radicalmente o Estado e a Sociedade

A realização de reformas profundas na sociedade brasileira implica em quebrar ou limitar drasticamente o poder dos grupos dominantes. Esse processo, por sua radicalidade, é parte de uma revolução democrática em nossa sociedade, alterando as relações de poder vigentes, o que abre caminho para a construção de uma nova sociedade.

A reforma do Estado significa para o PT antes de mais nada sua radical democratização e conseqüente desprivatização.

O Estado brasileiro tem de ser reconstituído em novas bases para que possa desempenhar um papel ativo na economia, sobretudo no processo de reformas sociais. Para tanto, como expressa o Oitavo Encontro, o governo democrático e popular deve recuperar a capacidade de planificação e atuação econômica-social do Estado brasileiro.

O Programa definirá as áreas

estratégicas que serão mantidas sob controle estatal em conformidade com as grandes opções de política industrial e agrícola que serão adotadas para erradicar a miséria e retomar o desenvolvimento. Os setores estratégicos abrangerão o petróleo, as telecomunicações, os recursos minerais do solo e do subsolo, a energia elétrica, a biotecnologia.

Definirá igualmente formas públicas (não estatais) de propriedade, alternativas aos projetos de privatização, nas quais seja preservado o interesse nacional e social garantida a gestão democrática.

É de fundamental importância o estabelecimento de um novo pacto federativo com uma política de descentralização. Da mesma forma, deve ser estimulada uma multiplicidade de mecanismos de controle social da máquina administrativa, das empresas estatais, etc.

A afirmação da soberania nacional

exige uma política externa ativa e um novo desenho de alianças internacionais. Supõe igualmente uma nova concepção de defesa e forças armadas suficientemente equipadas para cumprir sua missão de defesa das fronteiras.

A democratização radical do Estado e da sociedade implica o fim da violência que se abate sobre a imensa maioria dos pobres, atingindo especialmente os negros, as mulheres, as crianças e os jovens, os índios e outros grupos discriminados por raça ou orientação sexual. A extensão da cidadania para os que vivem sob o **apartheid** social implica políticas compensatórias específicas, ações afirmativas que os retirem da exclusão e o desenvolvimento harmonioso das várias etnias existentes.

Mas, além dessas políticas, para desenvolver um combate efetivo à violência na sociedade, são necessárias iniciativas emergen-

ciais nas diversas instituições do Estado: reestruturação das polícias, com sua desmilitarização, reforma do sistema carcerário, reforma do judiciário, com o aumento do número de juízes para garantir a celeridade da justiça e o acesso de todos os cidadãos a ela, propostas de legislação que dêem instrumentos eficazes ao Ministério Público estadual e federal para coibir a impunidade do crime organizado e o arbítrio.

É condição fundamental para o enfrentamento da violência a definição de políticas públicas que garantam o respeito efetivo dos direitos humanos, quer civis ou políticos, econômicos ou sociais, individuais ou coletivos. As graves violações dos direitos humanos — torturas, execuções sumárias, massacres, desaparecimentos — somente poderão ser enfrentados com êxito se a realização dos direitos humanos consagrados nos tratados e convenções inter-

nacionais de que o Brasil é parte, for condição necessária para a democracia.

A democratização está intimamente ligada à uma reforma dos

processos de concessão dos meios de comunicação para que eles possam refletir o Brasil real nos marcos do pluralismo. É necessário atacar diretamente os monopólios

dos meio de comunicação, em particular a Rede Globo.

No momento atual a defesa da democracia como valor nacional e popular passa pelo rigoroso

combate à corrupção, contra a impunidade, sobretudo dos poderosos, e pelo resgate da ética como dimensão essencial e imprescindível da vida pública.

3.3. Construir um novo padrão de desenvolvimento que faça da distribuição de renda e de riqueza e da formação de um mercado interno de massas um fator fundamental de crescimento.

Isto significa opor-se radicalmente à fórmula conservadora de primeiro crescer para depois distribuir. Ao mesmo tempo, para superar uma concepção populista de distribuição é fundamental construir um projeto de desenvolvimento sustentado, ecologicamente equilibrado, capaz de integrar, via Reforma Agrária, a condição de produtores e consumidores, milhões de trabalhadores sem terra e permita expandir a distribuição a partir de novos investimentos, do aumento da produção e da produtividade e de definições de políticas agrícolas e industriais.

Trata-se de combater o **apartheid** social e de incorporar dezenas de milhões de brasileiros à produção, ao consumo e à cidadania.

O Brasil possui grande potencial interno que permite enfrentar os constrangimentos internacionais. Este objetivo centrado no social será alcançado através da constituição de um gigantesco mercado interno, de massas, estimulando a produção de alimentos e bens de consumo popular, a habitação e o saneamento básico. Esta política terá efeitos na retomada do crescimento com repercussões sobre o conjunto do sistema produtivo e, conseqüentemente,

sobre o emprego, ainda que esta questão deva ser objeto de políticas específicas e não apenas função da retomada do crescimento.

A ênfase no mercado interno de massas é compatível e pode favorecer a modernização tecnológica, a elevação da produtividade e uma rearticulação do conjunto da economia que estimule um setor de bens intermediários. Este tema é particularmente importante tendo em vista o sucateamento de parte do parque industrial brasileiro.

Estas teses — que serão aprofundadas no debate programático — supõem romper com a lógica de uma política voltada centralmente para as exportações, destinadas apenas a produzir excedentes utilizáveis para o pagamento da dívida externa ou para formar grandes reservas cambiais. O Brasil não renunciará suas exportações. Ao contrário, buscará expandi-las, mas os saldos obtidos serão utilizados centralmente na renovação do sistema produtivo ou, topicamente, na importação de bens que permitam enfrentar compromissos emergenciais da dívida social. Em todos os casos é fundamental o fortalecimento do mercado interno.

Este novo projeto de desen-

volvimento só será viável se o governo democrático e popular enfrentar o setor financeiro e quebrar o controle dos oligopólios sobre a economia. É fundamental redefinir o papel dos bancos, que devem ser direcionados para o financiamento da produção e impor mecanismos de controle à ação dos grandes conglomerados. Tem de ser eliminado o caráter especulativo que hoje apresenta a economia brasileira.

O novo projeto de desenvolvimento se dará articulado com a economia mundial, concomitantemente à definição de estratégias de integração especialmente com a América Latina (Mercosul, p.ex.) mas também através do estabelecimento de acordos bilaterais e multilaterais de médio e longos prazos com outros países — especialmente potências de porte semelhante ao Brasil — buscando laços de complementariedade.

O novo governo utilizará em proveito de seu projeto nacional de desenvolvimento mecanismos de abertura e de protecionismo, como fizeram e fazem todas as grandes economias mundiais.

Da mesma forma, o novo projeto supõe a busca incessante de eficiência e competitividade com

a escolha de tecnologias de ponta ou tradicionais, levando-se em conta as exigências de combinar a produtividade e a expansão do emprego. A integração de milhões de excluídos na produção e no consumo será uma determinante fundamental para a escolha de tecnologias.

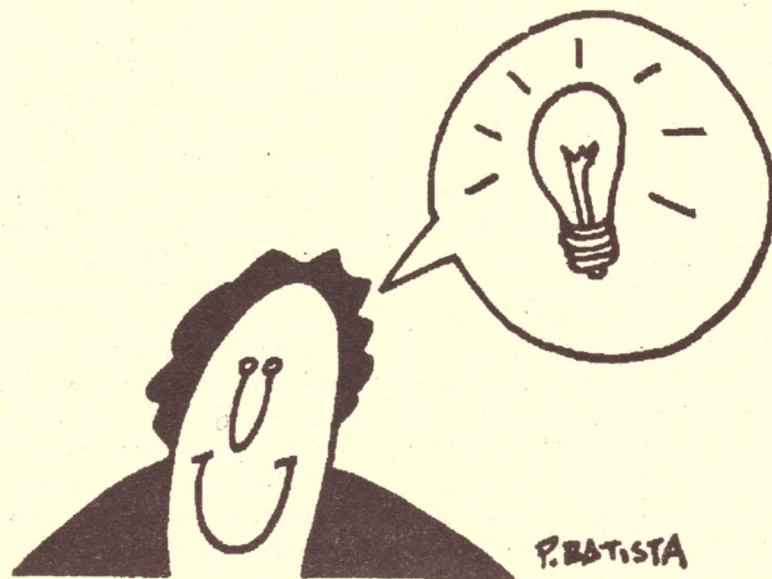
Buscar-se-á construir uma nação que se integre soberanamente no mundo participando ativamente na constituição de uma nova ordem internacional. Esta nova concepção de desenvolvimento com distribuição de renda, supõe uma nova estratégia que exige, (mas não se esgota em), uma política que permita a expansão crescente dos salários na renda nacional, especialmente daqueles que se encontram na base da pirâmide econômica.

É de fundamental importância igualmente levar adiante um processo de radical democratização das relações de trabalho com a instituição do contrato coletivo. Esta nova política implicará finalmente na adoção de um projeto nacional de renda mínima, cuja discussão está hoje em curso no partido e no próprio Senado Federal.

3.4. Implementar um projeto nacional de educação, articulado com programas de desenvolvimento científico e tecnológico e com políticas culturais.

A educação, com prioridades programática do governo democrático e popular, é entendida fundamentalmente como instrumento essencial de democratização e promoção da cidadania no país. Da mesma forma, ela é um elemento decisivo de uma inflexão científico-tecnológica capaz de produzir uma revolução produtiva no Brasil. O projeto de educação, especialmente no ensino básico, terá uma repercussão decisiva sobre a situação de milhões de menores abandonados. Ele terá como uma de suas metas a erradicação do analfabetismo no país.

O projeto de ciência e tecnologia



dará um ênfase especial ao conhecimento e definição de um plano de exploração racional e ecologicamente equilibrado da Amazônia, cujas potencialidades são fundamentais para o país.

Globalmente, estas iniciativas permitirão ao país aceder às conquistas da nova revolução tecnológica em curso no mundo. A viabilização destas metas pressupõe o fortalecimento do ensino público.

3.5. Reverter o quadro de degradação de nossas cidades através de políticas urbanas nacionalmente articuladas.

Esta dimensão do programa tem grande importância diante do fato de que a maior parte da população brasileira vive em cidades, estando

20% concentrada no eixo Rio/São Paulo e 40% nas 9 maiores regiões metropolitanas. As medidas propostas nos planos

da saúde, combate à fome, habitação, saneamento e transporte de massas, se articulam com uma política de redistribuição de rendas

e com a correspondente estratégia de se fazer dela um instrumento de dinamização da economia.

3.6. Implantar efetivamente em todo o país o Sistema Único de Saúde - SUS,

de maneira a garantir a todos os brasileiros atendimento gratuito, integral e de boa qualidade, nos tratamentos preventivos, curativos ou de reabilitação, e dará prioridade

total à prevenção de endemias. Dará atenção especial à saúde do trabalhador, visando a redução de acidentes. Terá uma preocupação específica com a saúde mental e

com a saúde bucal. Serão metas permanentes a elevação da consciência sanitária da população e o desenvolvimento de atividades de vigilância sanitária, que garantam

a qualidade das condições de trabalho, do meio ambiente, dos alimentos e dos demais fatores que atuam sobre a saúde da população.

3.7. Reforma agrária e políticas agrícolas, diversificadas regionalmente, objetivando democratizar a propriedade da terra, aumentar consideravelmente a oferta de alimentos e quebrar o poder e a sobre-representação política do latifúndio responsável pelo atraso e violência no campo.

Aos objetivos econômicos de médio e longo prazos, a reforma agrária acrescenta objetivos sociais e políticos de curto prazo, com o assentamento das famílias sem terra acampadas nas diversas regiões do país e a desapropriação nas áreas de conflito pela posse da terra. A reforma agrária será acompanhada de um conjunto de

medidas de política agrícola, beneficiando a pequenos e médios produtores, sobretudo àqueles ligados à produção de alimentos para o mercado interno. Supõe a reorientação nas políticas de transporte, armazenamento e distribuição. As transformações na estrutura fundiária do país — por meio da

Reforma Agrária, entendida como um plano integrado de desenvolvimento rural —, a incorporação dos trabalhadores rurais à produção e ao consumo, constituem-se em fatores fundamentais para a implantação da política nacional de segurança alimentar. O combate à fome deve mobilizar a sociedade mas não prescinde da ação decidida

do governo democrático e popular no ataque às causas dessa calamidade: a concentração da propriedade da terra; a política de estocagem dos produtos agrícolas controladas pelas máfias dos armazéns, o desperdício e a crescente oligopolização da distribuição dos alimentos no país.

3.8. Contribuir para a construção de uma nova ordem mundial justa e democrática.

A vitória nas eleições de 94 consolidará o PT e sua experiência de governo como uma referência para os novos movimentos socialistas internacionais e para todos os povos e governos comprometidos com as reformas estruturais e com a democracia. O governo democrático e popular deverá construir uma nova proposta de relações internacionais fundada no respeito aos direitos humanos, à democracia, à autodeterminação e à soberania nacionais, à preservação ambiental. Esta proposta

buscará estimular a formação de foros e instâncias mundiais de cooperação baseados na igualdade e respeito mútuo, ao mesmo tempo que proporá a reforma e democratização das instituições existentes, como a ONU, dentre outras. A denúncia do caráter injusto da atual ordem econômica mundial e a afirmação de uma proposta alternativa neste campo supõe desencadear um forte movimento contra a dívida externa dos países periféricos, hoje transformados em exportadores de capital.

Supõe, igualmente, que o Brasil articule iniciativas internacionais de defesa do comércio externo destes mesmos países, da proteção de suas riquezas naturais e de seu esforço científico e tecnológico. O Brasil defenderá projetos de integração, especialmente na América Latina e, em particular, o Mercosul, entendidos não como simples zonas de livre-comércio mas como programas de articulação econômica, social, política, cultural, científica e tecnológica, baseadas no respeito à soberania e

autodeterminação. Estes projetos de integração não prosperarão nos marcos de economias neoliberais. É fundamental a preservação e, sobretudo, ampliação dos direitos dos trabalhadores. O Brasil aprofundará o caráter multilateral de sua ação diplomática e comercial, valorizando relações com países não integrados aos grandes blocos com os quais pode estabelecer projetos de complementariedade e de iniciativa comum na esfera internacional.

3.9. Políticas emergenciais.

A viabilização do conjunto destas propostas que representam uma reversão radical nas prioridades nacionais passa por uma política de combate à inflação. A definição de técnicas precisas de combate à inflação está associada diretamente ao programa de reformas estruturais indispensáveis para que se implemente um novo projeto nacional de desenvolvimento econômico e social. Ao mesmo tempo, elas só poderão ser precisadas a partir de um exame da conjuntura no momento do início do governo. Esta conjuntura será grave se

persistir a situação atual de deterioração constante da economia, acompanhada de medidas típicas que não têm tido efeito antiinflacionário e agravam o quadro social. Será gravíssima se a situação tiver evoluído para uma hiperinflação, o que exigirá o enfrentamento quase que exclusivo deste quadro limite para poder viabilizar minimamente o programa de reformas. Uma terceira possibilidade é a de um ajuste agora viabilizar a proposta neoliberal — como parece ser o projeto do governo — o que

aceleraria a desindustrialização, enfraqueceria ainda mais o Estado, dificultando a capacidade de intervenção de um futuro governo democrático e popular. Por esta razão, o Partido não pode concentrar-se apenas na elaboração programática, devendo desenvolver hoje uma intensa ação social e política para frustrar a implementação dos projetos neoliberais e de outras alternativas que dificultem a implementação do programa democrático e popular em 1995. Qualquer plano emergencial supõe, entre outras medidas:

- a) suspensão do pagamento da dívida externa, promovendo uma auditoria internacional da mesma com a criação de um fundo para a ciência e tecnologia e investimentos na área social;**
- b) alongamento negociado do perfil da dívida interna, pondo fim à ciranda financeira;**
- c) intervenção e reforma do setor financeiro com seu redirecionamento para o investimento produtivo, estimulando o financiamento dos pequenos e médios produtores;**
- d) mecanismos de controle da atividade de monopólios e oligo-**

pólios, nacionais e internacionais, na perspectiva de romper com seu controle sobre a economia nacional, especialmente em questões como a fixação de preços, as relações de trabalho ou com as pequenas e médias empresas industriais, agrícolas e de serviços;

e) ampliação da experiência das câmaras setoriais, como instrumentos de política industrial e salarial;

f) reestruturação do setor estatal da economia com a definição das áreas estratégicas e de mecanismos que permitam ao governo regular a atividade econômica de acordo com os objetivos programáticos. Criação de mecanismos de controle

social e público de empresas, com o controle social e público (e correspondente saneamento) do setor estatal. Dar-se-á ênfase especial ao combate às influências clientelísticas que permeiam o setor estatal. O governo democrático e popular reexaminará as privatizações feitas nos três últimos governos e, se for o caso, poderá anulá-las.

g) reforma tributária, de caráter progressivo que penalize os que concentram renda e riqueza, impeça a sonegação e a impunidade e recomponha as finanças públicas para impulsionar os investimentos produtivos e as políticas sociais;

h) eliminação dos cartórios e

toda a sorte de privilégios concedidos a grupos econômicos e desburocratização acelerada da máquina administrativa. As concessões que forem feitas — subsídios, etc. — devem ser transparentes, vinculadas a objetivos sociais definidos e por prazos previamente acordados;

i) saneamento dos fundos sociais e controle dos trabalhadores sobre os mesmos.

j) plano mínimo de desapropriação de terras situadas em áreas de conflito. Assentamento imediato das famílias sem-terra acampadas e garantia das condições de sobrevivência até a colheita da primeira safra;

k) constituição de comissões de investigação sobre atos de corrupção e de controle sobre a aplicação de verbas federais em estados e municípios;

A implementação deste Programa de Governo e das medidas emergenciais que o acompanham supõe uma intensa mobilização dos principais setores e segmentos sociais que o governo democrático e popular buscará expressar: os trabalhadores, os marginalizados, as classes médias, os pequenos e médios empresários.

outubro de 1993

Como participar

A preparação do Programa de Governo do PT para as eleições de 1994 se acelera. Nas últimas semanas aumentou consideravelmente a participação nos grupos de trabalho que estão preparando o PG-94 e multiplicam-se discussões públicas e nas instâncias partidárias das "Diretrizes" recentemente aprovadas pelo Diretório Nacional. Grandes seminários se realizaram no Rio de Janeiro, em Belém e em Belo Horizonte.

A Comissão Coordenadora deverá recolher nos primeiros dias de dezembro as contribuições de dezenas de grupos de trabalho para preparar um primeiro rascunho do Projeto de Programa que será submetido em fins de janeiro ao Diretório Nacional.

Este primeiro texto terá evidentemente um caráter geral, o que significa que o trabalho das comissões e grupos continuará após dezembro para precisar e dar mais consistência não só ao diagnóstico como a nossas propostas.

Assim, todos os que queiram participar do processo de elaboração do Programa de Governo devem buscar os Diretórios Regionais de seus estados ou dirigir-se diretamente à Comissão Coorde-

nadora do Programa de Governo (Fone: 011/915.7022 e Fax: 011/274.5587).

Até os meses de março deverão realizar-se outros seminários gerais e sobre temas específicos

em várias cidades do país. O calendário será divulgado pelo Boletim Nacional.

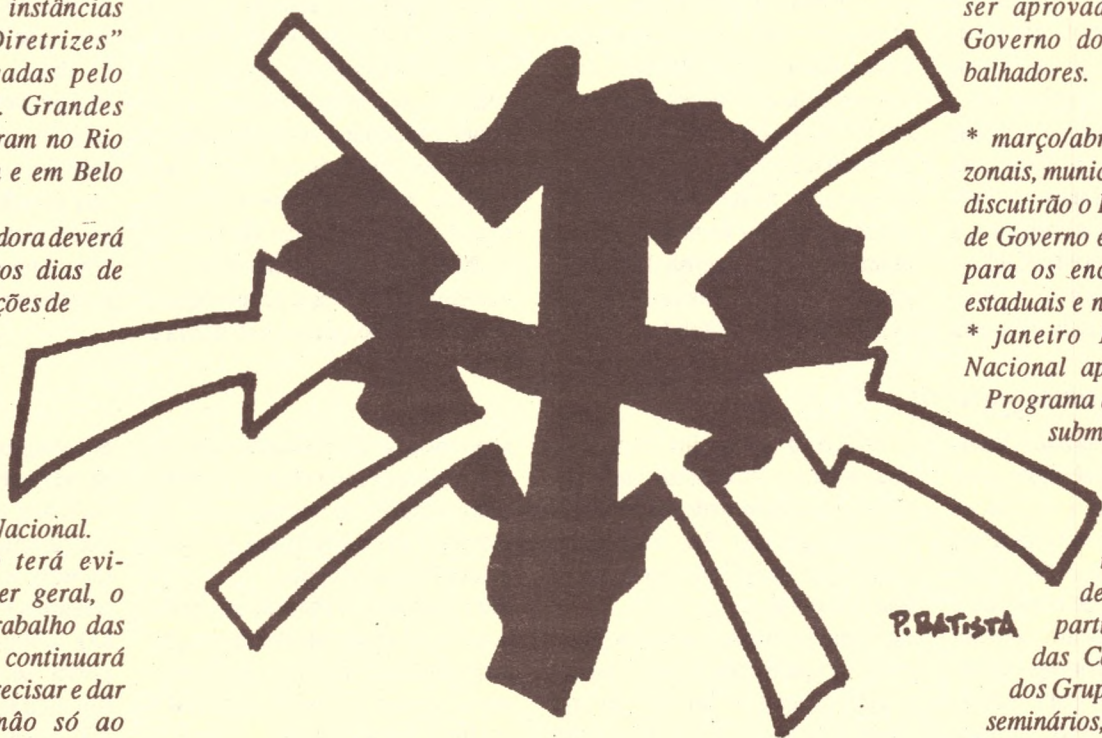
Contagem regressiva

* 23/24 de abril de 1994: Nono Encontro Nacional, onde deverá ser aprovado o Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores.

* março/abril 1994: encontros zonais, municipais e estaduais que discutirão o Projeto de Programa de Governo e elegerão delegados para os encontros municipais, estaduais e nacional;

* janeiro 1994: o Diretório Nacional aprova o Projeto de Programa de Governo que será submetido à discussão do PT;

* dezembro 1993: A Comissão Coordenadora do Programa de Governo prepara, a partir das contribuições das Comissões Temáticas, dos Grupos de Trabalho e dos seminários, a proposta de Projeto de Programa de Governo a ser submetido ao DN em janeiro.



P. BATISTA